



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA (22ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

No primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e dezenove, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a vigésima segunda (22ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, antecipada que foi do dia 08 de julho, véspera do Feriado da Revolução Constitucionalista 9 de Julho de 1932, de através do Requerimento nº 42/2019, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 28 de junho de 2019. Às 21h45, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Fábio de Jesus Mota (04) Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), José Roberto Cândido (08), Luís Roberto Tavares (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antônio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuário (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE". Todavia, não existiram proposituras, ou documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário e os oradores inscritos declinaram o uso da palavra, nessa parte dos trabalhos. Ato contínuo, Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h48, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 45, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 2.175.975,00”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Senhores vereadores, esse projeto de lei está pedindo autorização para abertura de crédito adicional e foi debatido, na reunião das Comissões, e para compreendermos, por ser um assunto referente à Santa Casa, temos que ter todas as informações. O juiz da intervenção. Foi solicitado, que os recursos do Estado, repassados, diretamente, à Santa Casa de Misericórdia, através dos convênios celebrados, tais como, o Pró Santa Casa e Hospitais Sustentáveis, um programa criado no Governo Geraldo Alckmin, fossem repassados ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Município. O juiz determinou a abertura de uma conta especial, para recebimento desses valores, e determinou que, como o município está como interventor, o município receba esse dinheiro, pois o pagamento à Santa Casa foi suspenso, então, o município solicitou e a Justiça determinou. A decisão judicial está no processo, desse projeto de lei, que nada mais é do que uma abertura de crédito, porque esse dinheiro não existia, no orçamento, necessitando-se de autorização para abertura do crédito e a possibilidade do recebimento. A informação é a seguinte: até quarta-feira passada, não havia ainda, o repasse do dinheiro; ainda não houve, ele é mais um dinheiro que vem para ajudar, principalmente; na área da saúde”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 45/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2.** Projeto de Lei nº 60, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio e/ou contrato de gestão, através de termo de parceria, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, para o fim que especifica, e dando outras providências”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte e Cultura e de Finanças e Orçamento. Com emendas do Vereador Gerson Luiz Rossi Júnior. Com a palavra, Vereador Gerson Luiz Rossi Júnior: “Senhores vereadores, rapidamente, o motivo da reunião de quarta-feira foi a celebração do convênio, com a participação de membros do Poder Executivo e da Santa Casa. O último convênio foi celebrado, em 2014. A lei que autorizava o convênio tinha um prazo de validade, encerrando-se, agora, no dia 30 de junho, ou seja, ontem! É necessária uma nova autorização para celebrar os convênios e não seria nada especial, se não tivéssemos em uma intervenção judicial, gerando muitas dúvidas dos vereadores e da própria Santa Casa, muitas delas foram dirimidas, na quarta-feira, ficando explícito, que a Santa Casa receberia os convênios e assinaria, juntamente, com o Poder Público, com o entendimento do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próprio município de que, somente ele assinaria, pela própria prefeitura e pela intervenção. Foi um debate ocorrido, que se estendeu ao dia seguinte, na quinta-feira, depois, estendendo-se durante o final de semana e até hoje, as partes estão conversando, para que possam afinar os convênios, que são praticamente os mesmos, que estavam em vigor, porém, com reajustes naqueles que são de recursos próprios. Na reunião de quarta-feira, ficou para que eu apresentasse as três emendas: a data, retroativa a 1º de julho; retirar a palavra “cogestão” e a terceira, após a intervenção, a necessidade de novo diálogo, de uma nova negociação, para acertarmos, porque o convênio SUS, chamado Convênio Mãe, é dinheiro federal. Não se fala em valores, agora, aquilo que é de recurso próprio, contratado pelo município, como a prestação de serviço, a exemplo as cirurgias eletivas, os exames, procedimentos, ou seja, uma relação contratual, depende de uma nova negociação, para se acertar valores. Por conta disso, foi pedido para que nós, vereadores e assessores, presentes na reunião, realizássemos as três emendas, as quais, pelo que entendemos, são pertinentes, ajudando na negociação. Vereador Geraldo obteve uma informação, hoje, sobre o pessoal da Santa Casa. Acho que vários vereadores estão em contato, com os membros da Santa Casa. O Poder Público se manifestou, hoje, pela própria Secretária Jurídica, Adriana, e por Guto Urbini, que as conversas avançaram e se acertaram. Nosso papel, hoje, é aprovar e autorizar, para que esse convênio seja assinado, entre as partes, porque, se não aprovarmos e não tivermos o convênio, aí sim, será uma calamidade, na saúde pública”. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Coloco aqui, que esta Casa, mais uma vez, mostrou-se firme. A Secretaria de Saúde elaborou uma minuta, entregue à Santa Casa, na sexta-feira. Na quarta-feira, participamos da reunião, juntamente, com o pessoal da Santa Casa. Acompanhei também, com Doutor Furigo, que representa a Santa Casa, e ele me disse, que as tratativas estão acontecendo, realmente, assim como foi colocado pelo Vereador Gerson Rossi. Votarei favorável, porque, em seu entendimento, há uma aceitação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre o contrato de gestão”. Com a palavra, Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhor presidente, para dar um pouco mais de tranquilidade, na hora de escolhermos nosso voto. Estivemos presentes na reunião, com a Santa Casa, e, ao final dela, fui convidado a participar de outra, que aconteceria no dia seguinte, entre a Prefeitura e a Santa Casa, mas, eu tinha um compromisso. Aliás, quero aproveitar e pedir desculpas ao Vereador Moacir Genuario, pois eu não estava na cidade, dado que tinha um compromisso com minha esposa, para uma cirurgia. Fui representado por minha assessora e pedi para que ela fosse até lá, para acompanhar, para nós, não apenas para mim, pois todos estão envolvidos. Gostaria de fazer duas colocações. A Santa Casa publicou, no final de semana, algumas coisas e, no que foi publicado na imprensa escrita, na imprensa, não constava o aumento no novo contrato com a Santa Casa. Acompanhamos, que haverá correção de 4,66%. Antes de começar a sessão, por volta das 17 horas, recebemos um áudio. Eu gostaria de reproduzi-lo, para que haja uma tranquilidade, pois vem do instituto parceiro da Santa Casa. Diz o seguinte: “Oi, Vivian! Saímos agora da secretaria, ficou ainda, para Gabriela fazer os ajustes, e esse contrato tramitará, amanhã, na Prefeitura, para recolhimento das assinaturas; a secretária estava junto, foi resolvida essa questão contratual, serviço SUS, prestador na Santa Casa, e, hoje, pela intervenção municipal judicial, sendo bem escrito lá; posterior a isso, eles nos darão e faremos as assinaturas, para tramitar da maneira correta. Quanto ao projeto de lei, saíram três emendas, que foram importantíssimas e discutidas na reunião, ou seja, essa lei está perfeita, para ser assinada, e, agora, o contrato está alinhado da maneira que precisa, para assinatura; não consigo te passar, pois está com o jurídico, pois farão as alterações que foram passadas na reunião, darão para Adriana e ela tramitará internamente e passará para nós e só terei acesso a isso amanhã. Pode ir com a cabeça fria, porque, falando em nome da Irmandade, está tudo certo”. Está aí, é o que recebi, agora, no final da tarde, em nome da Irmandade da Santa Casa, e está tudo certo, para dar o aval e para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

possamos votar. Obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador André Albejante Mazon: “Esse projeto foi um pouco polêmico, internamente, nesta Casa. Talvez o povo não saiba, mas, dentro das comissões, ocorreram alguns contratemplos, digamos assim. O que nos assustou, foi a forma como o projeto foi colocado, sem antes se discutir com a Santa Casa, que não sabia de nada, deve-se tomar mais cuidado a isto. Outro recado, que gostaria de passar, o mesmo que o Vereador Geraldo Bertanha acabou de falar. Eu falei com Milton Bonatti, na sexta-feira, por conta do parecer, que já estava pronto, e precisava de minha assinatura, para que o projeto fosse encaminhado à Casa. Quando o assunto é Santa Casa, eu sempre consulto a Irmandade, a qual, no primeiro momento, foi contra a assinatura, mas, depois, ligou-me, às 15 horas, dizendo que eu poderia assinar, deixando tudo para última hora, mais uma vez. Que a prefeitura e o prefeito tomem mais cuidado, com os projetos, que os mandem e os discutam antes de qualquer coisa, porque, se o projeto não fosse assinado, hoje, ficaríamos essa semana sem o SUS, em Mogi Mirim. Como é que uma coisa dessa importância chega de qualquer jeito, empurrada goela abaixo?! Tomem mais cuidado, na próxima vez, pois, graças a Deus e graças às reuniões, entre o Executivo e a Irmandade da Santa Casa, ocorridas na sexta-feira, último dia útil, antes desta sessão. É que estamos votando esse projeto, hoje, então, um pouco mais de responsabilidade por parte do Poder Executivo, apenas. Votarei consciente e, para quem estiver preocupado com a Irmandade, saibam que ela é favorável à assinatura. Obrigado”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 60/2019, do Prefeito Municipal, e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM SEGUNDO TURNO: **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172, do Regimento Interno: 3.** Projeto de Lei nº 17, de 2019, de autoria do Vereador Gerson Luiz Rossi Junior, “instituinto o Programa Adote uma Ciclovia e dando outras providências”; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 17/2019, do Vereador Gérson Rossi Júnior); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM PRIMEIRO TURNO: **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4.** Projeto de Lei nº 46, de 2019, de autoria da Mesa da Câmara, “alterando o Artigo 2º, da Lei nº 6.083, de 17 de abril de 2019, para estender o acréscimo de referência aos servidores inativos e pensionistas da Câmara Municipal, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Com a palavra, Vereador Moacir Genuario: “Um trabalhador normal, comum, registrado, tem seus descontos para se aposentar. A Câmara, durante muito tempo, ficou sem esses descontos dos funcionários estatutários. Há a necessidade de reposição do valor, que não foi descontado, aumentando, simplesmente, a referência, para que os funcionários inativos possam devolver, ou repassar, esse dinheiro para a Câmara, que não foi descontado. Esse projeto, ao meu ver, não terá meu voto, porque acho que, mais uma vez, será tirado dinheiro do bolso dos munícipes, para beneficiar esses funcionários inativos, que terão um aumento. É uma mudança de referência, mas terão aumento, para ressarcir o que repassarão, devolver, ou pagar, para a Câmara, nesse período todo, que ficaram sem repassar. Esse projeto terá meu voto contrário”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Bem, as leis do Executivo e do Legislativo eram tratadas, em conjunto, há muito tempo, e quando se falava em reajuste, era o do Executivo, juntamente, com o do Legislativo, fazendo uma coisa só. As coisas foram mudando e, hoje, isso é bom, porque há a separação de Poderes, ou seja, o Poder Executivo cuida do seu quadro de funcionários e o Poder Legislativo do seu. A Mesa da Câmara nos apresentou, em abril, deste ano, um projeto, que mudava a referência dos ativos, não incluindo os inativos e pensionistas, os quais, hoje, são no total de 7 aposentados inativos e 3 pensionistas. Quando feito o aumento da referência, deixou-se os inativos e pensionistas, e o quadro da Câmara é um só, de inativos, ativos e pensionistas; a folha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de pagamento pesa sobre esses três. Os inativos e pensionistas questionaram: “poxa vida, por que só os ativos?! Cadê o reconhecimento daquilo que já prestamos na Câmara”? Eles são estatutários e dependem de qualquer mudança, através de lei, foi, então, que a Mesa da Câmara colocou uma correção na lei de ativos, estendendo também aos inativos e pensionistas, como ocorre, quando existe as correções salariais, as correções de inflação, no ano, e esse impacto do ano. Como sou da comissão, solicitei o impacto financeiro, para saber quanto isso significa para o orçamento da Câmara. É um valor de, no exercício presente, 18 mil reais, até o final do ano, e até o ano que vem, será de 22 mil, porque, neste ano, foi um tanto: 18 mil, neste ano. E 22 mil, durante o exercício de 2020. É um projeto que mexe com o quadro. E um destaque sobre aquilo que Vereador Moacir Genuario falou. Realmente, os inativos e os pensionistas não tinham esse desconto dos 11% do INSS, mas isso já foi definido, por esta Casa, a decisão já ocorreu. Aproveitando, parabenizo-o, Presidente, Vereador Manoel Palomino, porque o senhor colocou, junto com a Mesa, o “dedo na ferida”, colocando as coisas em ordem. Este projeto, na minha opinião, é justo, porque são pessoas que trabalharam nesta Casa e se comparam, com aqueles que estão na ativa. É a vontade e opinião de cada vereador e devem ser respeitadas, na hora da votação, sendo uma questão de pensamento de cada um”. Para replicar, com a palavra, o Vereador Moacir Genuario: “Só quero deixar bem claro, que aumentará uma referência e aumentará o salário dos inativos, começando a pagar aquilo, que um trabalhador comum, como eu, você, que trabalhamos, já pagamos, e o funcionário da Câmara deixou de pagar. Agora, para pagarem o que a legislação obriga que paguem, eles querem que aumente a referência? Aumentará o salário deles, para poderem pagar!? É brincadeira, né?!”. O Presidente da Câmara, Vereador Manoel Palomino, falou para o Vereador Moacir Genuario que, na verdade, não estava vinculado da forma exposta e que, a referência era concedida aos funcionários todos os anos. E prosseguiu, o Presidente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dizendo: “Vereadora Maria Helena está aqui. Ela foi presidente desta Casa e pode confirmar, que sempre foi dado, mas, apenas neste ano, por um erro cometido, pela Mesa, em não dar, estamos, agora, corrigindo o erro e encaminhamos, retroativamente. Na verdade, não está vinculado à questão de um outro projeto, não tem nada a ver, na verdade, é uma referência dada todos os anos, que sempre acompanhou, e estamos corrigindo, porque isso, era para ter vindo junto, com a outra referência dos servidores ativos da Casa, e, agora, concedemos o que é feito todos os anos”. Com a palavra, Vereador André Albejante Mazon: “A minha visão é que, o erro feito, durante um longo tempo, existiu por esta Casa, como não descontar dos inativos? Não tem nada a ver com os 11%, acho que é uma questão de justiça, da mesma forma, que deixamos igual, na questão do desconto, deixaremos igual, na questão do reajuste e da recomposição salarial, sejamos justos e iguais, na parte negativa e na positiva também, com nossos ex-servidores”. Vereador Manoel Palomino: “Exatamente, o projeto, que votamos hoje, é totalmente correto e justo, feito, em todos os anos. Ninguém está fazendo nada diferente, nesta Mesa, nesta Legislatura”. Com a palavra, Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhor presidente. Apenas para dizer o seguinte, entendo assim: que não devemos dizer, que não foi feito, ou “que não fizeram”. Eu não gosto disso, porque temos colegas e não sabemos o motivo, pelo qual não fizeram, o importante é que faremos agora, não apenas os 5 da Mesa, somos todos nós. Havia algo causando até um mal-estar, entre os próprios funcionários da Casa, perguntas, tais como: “por que eles não pagam e nós pagamos”? Inclusive, a ação tomada na Câmara repercutiu no Executivo, com sua visita, ao Tribunal de Contas, Presidente, juntamente, com Doutor Fernando. Provocou o Executivo, para que também adotasse a medida, para fazer o recolhimento, para aposentadoria. Entendo também, senhores, que essa será uma maneira de assegurar a aposentadoria, de quem está precisando, como discutido, no Tribunal, se mostrarem boa vontade, poderemos fazer o mesmo aqui, no sentido de atender ao pedido de vocês,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de aposentar alguns de nossos funcionários, que não estão conseguindo aposentação. Entendo, que a medida é acertada, é a reparação de um erro, não há como repará-lo, se não o corrigir e é isso que acontece, estamos corrigindo”. Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, entendo, que um projeto não tem nada a ver com outro, como, por exemplo, essa retenção dos 11%. Ela não tem nada a ver, com o que estamos votando agora, mas, minha pergunta é: essa referência é dada todo ano? Porque se não é dada, teremos dissídio, um reajuste e mais uma referência, dando referência para todos, só para esclarecer. O senhor está tentando consertar uma coisa que foi feita. Não é uma questão de compensação, pelos 11% que eles têm que pagar?! Para esclarecer, pois estava um pouco confuso”. Segundo informou o Presidente Manoel Palomino, a referência não era acrescida, em todos os anos, porém, quando concedida aos funcionários ativos, acompanhava também, aos inativos, logo, como uma referência fora aprovada, para os ativos, automaticamente, ela deveria ter sido concedida aos inativos e não fora e reparava-se assim, o lapso. O Presidente informou, inclusive, que os aposentados Valter Poletini e Rosana Bronzatto tinham comparecido na Câmara, justamente, para questionar, em relação à paridade salarial, ou seja, como uma referência fora aprovada, para os ativos, e dever-se-ia conceder a mesma, para os inativos; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Primeiro (1º) Turno, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (2) contrários, o Projeto de Lei nº 46/2019, da Mesa da Câmara Municipal); (à Ordem do Dia da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Com a palavra, Vereador Geraldo Vicente Bertanha: desiste. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: desiste. Com a palavra, Vereador Jorge Setoguchi: “Boa noite a todos, volto aqui, a esta tribuna, para esclarecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Moacir Genuário, muito obrigado, por colocar a respeito do Projeto de Lei nº 66/2019, vindo, hoje, à Câmara Municipal, pedindo a revogação da Lei nº 5.660, de 30 de abril de 2015. O PSF – Gabrielzinho está desativado, desde novembro de 2014, por problemas estruturais no prédio, identificados pela Defesa Civil. A reforma do prédio necessita de uma lei de doação e autorização, desta Casa de Leis, feita, pela Lei nº 5.660. Hoje, através deste novo Projeto de Lei nº 66, de autoria do prefeito, e encaminhado, pedindo a revogação da autorização, da doação. Muito me estranhou, quando fiquei sabendo desse projeto de lei, até que Vossa Excelência conversou com Guto Urbini, Chefe de Gabinete, dizendo que essa lei será retirada. Realmente, aguardo que aconteça, porque, na verdade, esse prédio é utilizado há décadas, pela prefeitura, e atende à população da região. Antigamente, em outra localidade, sem condições de atendimento, passou-se para o Gabrielzinho, por conta de sua melhor estrutura, mas, que, infelizmente, foi fechado, em 2014, por conta dos problemas de estruturas civis do prédio. O que peço, constantemente, é que se faça a reforma do prédio e que a prefeitura o reabra, para possibilitar o atendimento da região, pois vários bairros são atendidos por ele, localizado a uma distância de 14 quilômetros da cidade, é um projeto de lei “sem pé, nem cabeça”. Obrigado e boa noite a todos”. Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhor presidente, senhores vereadores, vereadoras e público presente. Na próxima semana, será dia 09 de julho, Dia Do Soldado Constitucionalista. Hoje, falou-se muito sobre Afonso Zambrana, homem que participou da Revolução de 1932 e, tempo depois, casou-se, vindo morar, em Mogi Mirim. Morou no centro e aqui viveu, por muitos anos. Eu o conheci, em 2012, não me lembro muito bem a data, foi quando participei da solenidade, na praça de skate, a Praça do Half, denominada Praça 09 de Julho, e existente há anos. Lá, eu o conheci e, conversando com ele, conheci também, sua família. Nos meses seguintes, perguntei, se ele era cidadão mogimiriano, por incrível que pareça, a resposta foi não.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Muito me chocou, pois foi uma pessoa que participou da Revolução, inclusive, em um de seus relatos, ele me contou, que participou de um momento, em que muitos morreram e poucos sobreviveram, e ele foi um dos poucos sobreviventes. Na Revolução de 1932, mesmo São Paulo se entregando à Revolução, a vitória foi para o Estado de São Paulo, pois conseguiu, em 1934 o grande êxito, com a Constituição de 1934. Tínhamos, em Mogi Mirim, um grande herói da Revolução de 1932, que não foi homenageado à altura ainda, não foi o Título de Cidadão Mogimiriano que deu a ele essa homenagem, o agradecimento. O maior ato de Mogi Mirim para com ele foi através do Tenente Getúlio Fagundes, com o desfile, no primeiro ano de Governo Stupp, saindo, em frente ao Clube Mogiano, passando pelo Espaço Cidadão. O Bispo Vilmar Dacampo emprestou um jipe para o Tenente Fagundes, para que Afonso Zambrana fizesse continência a todo povo de Mogi Mirim, dizendo a mim, que nunca havia se sentido tão feliz e honrado, em sua vida, como naquele 7 de Setembro, porque foi ele quem abriu o desfile. Hoje, lembrei dessa passagem, fizemos até uma lei, no dia da Caminhada Ecológica. No dia 09 de julho, sairemos do Tiro de Guerra e iremos até o Morro do Gravi, onde há restos mortais de alguns conhecidos e outros não conhecidos, pessoas que morreram naquele local, na Revolução de 1932, na trincheira, entre Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira. Modifiquei a lei, dando nome à Caminhada Ecológica Revolucionária – Afonso Zambrana, essa foi uma homenagem feita, pelo Município de Mogi Mirim, para o último combatente da Revolução de 1932. Eric Apolinário terá oportunidade, em conhecer a família dele e seus materiais. Para concluir, falei, na internet, para um morador, que usaria uma bicicleta durante a semana inteira, para votar o projeto de lei, que virá a esta Casa, sobre a mobilidade urbana. Eu ficaria uma semana, andando de bicicleta, para votar o projeto, para fazer as emendas e discutir o assunto. Estarei de bicicleta, não apenas por uma semana e sim, por mais tempo, porque perdi minha moto, nesta semana, estarei, espontaneamente, por dois, ou três meses, usando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

bicicleta. Um outro assunto. Eu vi, na internet, que fizeram pesquisas acerca de prefeitos e, maldosamente, não me colocaram, na relação dos nomes, entre 10 candidatos, mas, mesmo assim, meu nome saiu bastante. O cara fez, novamente, outra pesquisa, colocando, em dupla, candidato a prefeito e vice, e me colocaram, como vice de alguém. Perguntei para o cara o porquê: pelas reuniões que participamos e pela amizade, que tenho com Vereador Cinoê Duzo, por que não me colocou com ele? Nas pesquisas, sabemos que estamos muito bem, queria ver ele me colocar, com o Vereador Cinoê. Ele me colocou com outra pessoa, enfim, acho essas pesquisas muito maldosas, quero ver colocarem meu nome, nas pesquisas. Grande abraço, boa semana a todos e bom feriado”. Com a palavra, Vereador Marcos Antônio Franco: “Boa noite a todos, Vereador Robertinho, deixarei bem claro aqui: nunca falei, que seria candidato a prefeito, e se alguém está achando que fui eu quem mandou colocar, está errado. Não falo de você, vereador, mas me sinto feliz, pois nesses dias, contei 16 pontos para mim; 16 pontos, para Paulo Silva; Tiago Costa, com 8 pontos e Vereador Cinoê estava na lista também. Modéstia à parte, eu me sinto muito feliz, mas deixarei bem claro: aqui, não sou candidato a prefeito, sou candidato a vereador de Mogi Mirim. Não venho a esta Casa dizer que na próxima eleição não quero o cargo, porque quero, quero ser vereador, novamente, mas, fiquei muito feliz, obrigado a todos. O que venho falar, mais uma vez, nesta Casa, é sobre o transporte público. A ambulância nº 0748 saiu, às 4 horas, e foi para Jaú. Esta ambulância nova e alugada foi para Jaú, porque a de nº 2628 quebrou e é chapa branca, viajam com essas ambulâncias sucatas, porque não pagam pedágio. Alugam-se ambulâncias de valores altos, pagos mensalmente, para ficarem no pátio do CEM, enquanto pacientes andam com esses carros sem condições, como a de nº 2628, que não tem freio de mão. O motorista chega ao hospital e tem que encostar o pneu na guia, para não descer ladeira abaixo, tudo isso, para quê? Para economizar pedágio?! Quanto vale a vida de um paciente? Apenas por um pedágio, isso é um absurdo!



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Deixar ambulâncias novas na garagem, para viajarem com as de chapa branca, simplesmente, para não pagarem pedágio, a ambulância não tem nem suspensão. Trabalho, às vezes, com a ambulância nº 9236. Hoje, levei essa sucata, que puseram, para viajar com um paciente, que, inclusive, reclamou para o Vereador Geraldo. Esse coitado faz quimioterapia, junto com um paciente, que não era para estar no mesmo veículo, porque ele tem câncer. Quando me falam “o irresponsável”, eu acho que nós, motoristas, somos irresponsáveis, porque trabalhamos com porcarias de carros como aqueles e não questionamos. Convidei o Vereador Tiago Costa e o vereador que quiser vir comigo, às 7 horas, um paciente estará me esperando, no CEM. Temos que colocar esta questão, “em pratos limpos”, acho uma tremenda covardia alugar ambulâncias com um valor alto, para as deixar no CEM. Algumas dessas ambulâncias da prefeitura nem cinto têm! Não quero vir aqui, para apenas denunciar e julgar a Secretaria de Saúde, mas está na hora de um basta. Como tenho mais um minuto, quero agradecer, em especial, ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, pois ando muito com meu trator, na rua, não porque quero, mas porque não tenho outra opção, quando levo cadeiras de rodas, cama hospitalar. Era um sofrimento, para andar com esse trator, na rua. Dou parabéns ao Prefeito Carlos Nelson Bueno pelo trabalho feito, na cidade, com o recapeamento das ruas, tenho que reconhecer e não posso ser covarde, em apenas julgar. Agradeço ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, pelo belíssimo trabalho, hoje, fui no DRM, há dois tratores novos de roçadeira. Notei que houve uma diminuição, para que eu fosse roçar as praças, e agradeço, por isso, porque, confesso, que não gosto muito de roçar as praças. Eu ia, para ajudar o meu prefeito e minha cidade, não para fazer politicagem. Parabéns ao Prefeito Carlos Nelson Bueno e à população, que entende o que está acontecendo por aqui, obrigado a todos”. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhores vereadores, nossa ex-funcionária Rosana Bronzatto, filha do saudoso Pintaca, pediu para que eu divulgasse e eu disse que o faria. Nesta quarta-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

feira, 03 de julho, ocorrerá, na Estação Educação, a exposição fotográfica “Recortes de uma Vida”, homenagem aos 100 anos do grande mogimiriano Orlando Bronzatto, Pintaca. Será um bellissimo encontro, celebrando a cultura e o passado de Mogi Mirim, por meio de homens que construíram a história e a identidade da cidade, convidando a todos para comparecerem a essa exposição. Trago aqui também, senhores, o agradecimento de minha filha, que tomou conhecimento do gesto desta Casa, muito obrigada”. Com a palavra, Vereador Moacir Genuario: desiste. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Nobre senhor presidente, membros da Mesa, caros senhores vereadores, público ainda presente e povo de Mogi Mirim, boa noite. O movimento MMDC, iniciado, na cidade de Mogi Mirim, buscou com muito afincos resgatar toda essa história e todos os objetos. Trabalharemos, arduamente, para recuperar muitos destes, para apresentarmos requerimentos nesta Casa, para que o Museu Municipal dê mais atenção aos objetos que lá estão. Para finalizar minha fala, gostaria de dizer uma coisa: certa vez, um meliante, chegando em um vilarejo, visando atacar, sondando-o, encontrou um senhor sentado na entrada do vilarejo. Ele perguntou para o senhor: “escuta aqui, senhor, quantas pessoas moram nesse vilarejo”? O senhor, tranquilamente, respondeu a ele: “depende, em tempos de paz, ou em tempos de guerra”? O meliante pergunta ainda: “mas, por que em tempos de paz e em tempos de guerra”? O senhor responde: “porque, em tempos de paz, somos um; em tempos de guerra, nos transformamos, cada um se transforma, em dez”. Foi isso que aconteceu, naquela época, em 1932, com cada mogimiriano, com cada itapireense, com cada guaçuano, com cada paulista. Depois da Revolução, houve mudanças em nosso país, não no Estado de São Paulo, mas sim, em nosso país, e uma delas foi logo em seguida, com a renovação da Constituição, o direito da mulher de votar. Muitos não sabem disto, mas foi uma das vezes, em que foi feita oposição mais forte a um governo ditatorial e que, deu resultado. Era isso que eu tinha para falar, senhor presidente, muito obrigado”. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seguir, os vereadores Samuel Nogueira Cavalcante, Sônia Regina Rodrigues, Tiago César Costa e Alexandre Cintra, declinam ao uso da palavra. Na sequência, com a palavra, Vereador André Albejante Mazon: “Minha fala é rápida, pois não poderia deixar de falar. Quando falei na conta do SESAMM, foi somente a título de explicação, pois a dívida dele encarece a conta. Em nenhum momento, como entendido por Rodrigo Sernaglia, em sua fala, em nenhum momento, eu falei em deixar de pagar, sou totalmente contrário a deixar de pagar uma dívida contraída, ou algo do gênero, como “dar calote”, sou absolutamente contrário. Queria apenas deixar esclarecido, pois, na fala de Rodrigo Sernaglia, deu a entender que seu entendimento foi esse e, na verdade, falei sobre a questão do SESAMM, pois o pagamento dessa dívida acaba encarecendo nossa conta, tornando-a de longe a mais cara, de toda região”. Com a palavra, o Vereador Cinoê Duzo: “Boa noite a todos. Quero mais uma vez, parabenizar o Secretário de Cultura, Marquinhos Dias, é impressionante como esta secretaria se supera a cada evento. O FESTIMM – Festival de Inverno de Mogi Mirim está ainda melhor, sensacional. Quero parabenizar ao secretário e toda sua equipe, todos os artistas e toda forma de expressão cultural, o coral, as bandas, parabéns, de coração. O evento foi nota 10, é uma simples e singela homenagem, porém, de coração, porque é maravilhoso. Marcos Dias, sua equipe e todos os funcionários, todos aqueles, que nem aparecem, para acontecer um evento desta magnitude, ficam aqui registrados meus sinceros agradecimentos. A cidade e a região agradecem pelo FESTIMM, que continua, nesta semana, logicamente, a Banda Lyra abriu o evento, maravilhosamente bem, o coral, então! Olha, Carlinhos Lima, Lyra, Lyrinha, vocês fazem um trabalho que precisa ser aplaudido mesmo, a Banda Lyra tem que ser aplaudida toda semana, por ser maravilhosa. Outro assunto, estradas rurais: vários vereadores pediram, por várias vezes, e, em resposta, a Secretaria de Agricultura dizia que não podia, por conta da chuva, por isso, não podia, não tinha como, mesmo assim, continuamos pedindo, as chuvas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pararam, mas os pedidos não. Foram requerimentos, ofícios, indicações, toda forma de solicitação, até que então realizou-se a recuperação das estradas na região de Martim Francisco, pessoal do Cavenaghi, Vila Nova, Brumado, Usina Esmeralda, toda aquela região. Porém, acreditem se quiserem, há uma indústria de nome Usina Esmeralda, destruindo todo serviço feito pela Secretaria de Agricultura, não colaborando, em nada, para a recuperação das estradas. Pedirei uma colaboração, uma orientação, melhor dizendo, para a secretaria competente, ou até para o Jurídico, para vermos a forma que temos, para cobrar da empresa, porque ela só lucra e destrói, não colaborando, em nada. Os agricultores da região de Martim Francisco esperaram tanto, até que foi recuperado, para depois vir um transporte da escola de Martim Francisco e dizer, para mim, que não há mais condições, pois estava afundando tudo. Perguntei o motivo, pois não estava chovendo, e me responderam, que os treminhões de cana passavam e destroem tudo. É impressionante o número de reclamações, que recebemos aqui, levou-se muito tempo até recuperar as estradas, para vir, agora, essa beleza dessa empresa, que lucra para “dedéu” e acaba com todo serviço, ficando os produtores rurais, os moradores da região de Martim Francisco, novamente, sem irem ou virem. Para finalizar, quero registrar aqui, meu reconhecimento ao Vereador José Roberto, pessoa humilde, simples, trabalhadora, que, desde a eleição, quando nos encontramos, sou seu admirador, só desejo tudo de bom a você, em respeito ao Vereador Cristiano Gaioto, não sei o motivo, mas você merece “um lugar ao sol”. Você é um cara batalhador e honesto, seja bem-vindo, tudo de bom”. Com a palavra, Vereador José Roberto Cândido: “Quero cumprimentar o presidente desta Casa, a Mesa e todos os vereadores e vereadoras, público presente e o pessoal da internet. É um momento muito gratificante para mim, não poderia deixar de agradecer à população, às pessoas que acreditaram no meu trabalho, pois é “plantando, que colhemos”. Hoje, chegou o momento desse reconhecimento, de estar aqui, defendendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população de Mogi Mirim. Acompanhamos de perto a necessidade do povo, eu também frequento a UPA, como ouvi muitos dizendo aqui, assim como, ouvi a necessidade de cada um. Não poderia deixar de agradecer ao povo, os 531 votos que tive, de cada eleitor. Estou aqui, empossado, como vereador, não apenas para defender quem votou em mim, mas sim, para defender a população de Mogi Mirim, porque todos nós temos uma necessidade, vemos a dificuldade da cidade e o trabalho de nossos vereadores nela, do qual agora também faço parte. Desde já, quero agradecer o carinho recebido de todos vocês, o trabalho sério e a dedicação de cada um, quero apenas agradecer, que cada um de vocês tenham uma semana abençoada e que, todo povo mogimiriano, com fé em Deus, consiga tornar a cidade melhor”. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão, às 22h37, do que, para constar, determinou a lavratura da presente ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.